

CONHECIMENTOS BÁSICOS - LÍNGUA PORTUGUESA

O anel de Giges

01 Não podemos negar que há homens que, embora não cometam nenhuma injustiça, prefeririam ter o poder de fazê-lo
02 impunemente, caso quisessem. Tomemos como exemplo o pastor Giges. Este, segundo a história, era um simples pastor a serviço
03 do rei da Lídia.

04 Um dia, aconteceu que a terra tremeu, e abriu-se um sulco no solo, no lugar onde ele se encontrava pastoreando. Admirado,
05 desceu ao fundo da abertura e encontrou um cavalo de bronze, maior que um cavalo natural, e umas portas. Tendo aberto as
06 portas, encontrou um corpo morto, maior que o corpo de um homem natural, e junto a ele um anel. Depois de ter retirado o anel
07 do dedo do morto, saiu da abertura.

08 Com esse anel no dedo, foi assistir à assembleia habitual dos pastores, que se realizava todos os meses, para informar ao
09 rei o estado dos seus rebanhos. Tendo ocupado o seu lugar no meio dos outros, virou, sem querer, a pedra do anel para o interior
10 da mão; imediatamente se tornou invisível aos seus vizinhos, que falaram dele como se não se encontrasse ali.

11 Assustado, apalpou novamente o anel [...]. Assim que teve certeza, conseguiu juntar-se aos mensageiros que iriam
12 conversar com o rei. Chegando ao palácio, ele seduziu a rainha, conspirou com ela a morte do rei, matou-o e obteve, assim, o
13 poder.

14 Agora suponha que existam dois anéis dessa natureza, e o justo recebesse um, e o injusto, outro. É provável que nenhum
15 fosse de caráter tão firme para perseverar na justiça e para ter a coragem de não se apoderar dos bens de outra pessoa. Afinal, ele
16 poderia tirar sem receio o que quisesse dos mercados e lojas, introduzir-se nas casas para se unir a quem lhe agradasse, matar uns,
17 libertar outros da prisão e fazer o que quisesse, tornando-se igual a um deus entre os homens.

18 Agindo assim, nada o diferenciaria do mau: ambos tenderiam para o mesmo fim. Isso é uma grande prova de que ninguém
19 é justo por vontade própria, mas por obrigação, não sendo a justiça um bem individual, visto que aquele que se julga capaz de
20 cometer a injustiça comete-a.

Adaptado de <https://www.netmundi.org/filosofia/o-anel-de-giges-uma-lenda-sobre-a-moralidade/>. Acesso em: 17 set. 2024.

01. Em “visto que aquele que se julga capaz de cometer a injustiça comete-a” (l. 19 e 20), se o trecho sublinhado fosse intercalado por vírgulas, ele seria classificado como uma oração subordinada:

- (A) adjetiva restritiva.
- (B) adjetiva explicativa.
- (C) adverbial concessiva.
- (D) adverbial conformativa.

02. Com base na equivalência semântica e no contexto em que o termo se insere, assinale a opção que **NÃO** corresponde ao sintagma nominal “um cavalo de bronze” (l. 05).

- (A) Um cavalo bronzeado.
- (B) Um cavalo brônzeo.
- (C) Um cavalo éreo.
- (D) Um cavalo eril.

03. Classifique, sintaticamente, os termos da segunda coluna de acordo com a primeira. Ato contínuo, assinale a alternativa que completa corretamente os parênteses de cima para baixo.

- | | |
|------------------------------|--|
| (1) sujeito | () “um simples pastor a serviço do rei da Lídia” (l. 02 e 03) |
| (2) objeto direto | () “à assembleia habitual dos pastores” (l. 08) |
| (3) objeto indireto | () “a um deus entre os homens” (l. 17) |
| (4) predicativo do sujeito | () “o pastor Giges” (l. 02) |
| (5) complemento nominal | () “um sulco” (l. 04) |

- (A) 1 – 5 – 3 – 4 – 2.
- (B) 4 – 3 – 5 – 2 – 1.
- (C) 5 – 2 – 4 – 1 – 3.
- (D) 3 – 1 – 2 – 5 – 4.

04. Qual excerto tem a mesma função sintática da oração “de que ninguém é justo por vontade própria” (l. 18 e 19)?

- (A) “para informar ao rei o estado dos seus rebanhos” (l. 08 e 09).
- (B) “Depois de ter retirado o anel do dedo do morto” (l. 06 e 07).
- (C) “de cometer a injustiça” (l. 19 e 20).

(D) “Chegando ao palácio” (l. 12).

05. Quanto à regência dos verbos constantes do primeiro parágrafo, com base unicamente nesse contexto, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) não há verbo de ligação.
- (B) o verbo negar é intransitivo.
- (C) predominam verbos transitivos indiretos.
- (D) apresenta transitividade direta o verbo haver.

06. No fragmento textual “abriu-se um sulco no solo” (l. 04), o verbo abrir está na voz passiva sintética; caso ele seja colocado na voz passiva analítica, tem-se qual oração?

- (A) Foi aberto um sulco no solo.
- (B) Era aberto um sulco no solo.
- (C) Seria aberto um sulco no solo.
- (D) Tinha sido aberto um sulco no solo.

07. No último parágrafo, observa-se o emprego de dois verbos no futuro do pretérito – “diferenciaria” e “tenderiam”, porque se trata de um tempo verbal que:

- (A) situa algo no futuro em relação a um momento passado.
- (B) indica que a ação decorre simultaneamente com o ato da fala.
- (C) situa uma ação ou um estado em momento posterior àquele em que se fala.
- (D) exprime um fato futuro em relação ao momento da elocução, com a nuance subjetiva.

08. Com sustentação unicamente no contexto em que se encontram as palavras e as locuções do quinto parágrafo, assinale a alternativa cujo conteúdo está **INCORRETO**.

- (A) As formas verbais “existam” e “quisesse” estão flexionadas em tempo verbal derivado.
- (B) O substantivo “receio” classifica-se como simples, comum, abstrato e derivado.
- (C) Os adjetivos “provável”, “firme” e “igual” são simples, primitivos e uniformes.
- (D) Os verbos “fazer” e “ter” são verbos irregulares e causativos.

09. Em “Chegando ao palácio, ele seduziu a rainha, conspirou com ela a morte do rei” (l. 12), entre as formas destacadas, em termos flexionais, há uma mudança de cunho fonético, ou seja, trata-se de um exemplo de:

- (A) alofonia.
- (B) apofonia.
- (C) metafonia.
- (D) heterofonia.

10. Com sustentação estrita no texto em análise, pode-se afirmar, de modo **CORRETO**, que:

- (A) inexistente relação de causa e efeito entre a descoberta do anel e a morte do rei Lídio.
- (B) a invisibilidade constitui a garantia de possuir um poder divino para quem a detém.
- (C) o justo se abstém de cometer atos arbitrários por causa de sua própria índole e retidão.
- (D) a justiça está condicionada ao poder que cada indivíduo detém na sociedade em que se insere.

CONHECIMENTOS BÁSICOS - RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Observe a tabela-verdade, parcialmente preenchida, abaixo.

P	Q	$P e Q$	$(P e Q) \rightarrow P$
V	V	V	V
V	F	x	y
F	V	F	V
F	F	F	V

Os valores de x e y são, respectivamente, iguais a:

- (A) V, V.
- (B) V, F.
- (C) F, V.
- (D) F, F.

12. João tem uma grande folha de cartolina, cuja espessura é de um milímetro. Ele começa com apenas essa folha. No primeiro passo, ele corta a folha exatamente ao meio e coloca uma das metades em cima da outra (formando uma pilha com os 2 pedaços de cartolina). No segundo passo, ele corta ao meio cada pedaço obtido no passo anterior e os empilha (formando uma pilha com 4 pedaços de cartolina). E assim sucessivamente. Após qual passo João terá pela primeira vez uma pilha de papel de altura maior do que 1 metro (ou seja, 1000 milímetros)? Observação: desconsidere o espaço entre uma folha de papel e outra.

- (A) 10.
- (B) 100.
- (C) 500.
- (D) 1000.

13. No início do ano, Lucas não sabia se queria ganhar um videogame, um violão ou um Lego como presente de aniversário daquele ano. Ele combinou com seus irmãos, Leandro e Leonardo, que cada um escolheria um desses três presentes em seus respectivos aniversários, sendo um presente diferente para cada um, e todos brincariam juntos. Todos eles ganharam o presente que escolheram. Como dois deles queria brincar com o videogame o quanto antes, ficou acertado que o primeiro aniversariante do ano escolheria o videogame. Leandro fez aniversário em setembro e não ganhou o Lego. Lucas fez aniversário em dezembro e não ganhou o violão. É possível determinar os presentes de Lucas e Leonardo?

- (A) Lucas ganhou o videogame e não é possível determinar o que Leonardo ganhou com as informações do enunciado.

- (B) Lucas ganhou o Lego e não é possível determinar o que Leonardo ganhou com as informações do enunciado.
- (C) Lucas ganhou o Lego e Leonardo ganhou o videogame.
- (D) Não é possível determinar o que Lucas ganhou com as informações do enunciado e Leonardo ganhou o violão.

14. Maria, Ana e Clara são esportistas profissionais em diferentes modalidades: natação, tênis e futebol, não necessariamente nessa ordem. A mais nova delas participou apenas de competições nacionais, mas já foi artilheira de seu time. A mais velha é jogadora de tênis e participou apenas de competições individuais, chegando apenas ao nível estadual. Maria chegou a participar dos jogos olímpicos de Paris em 2024, em uma categoria individual. Antes de ser atacante, Ana já havia sido goleira. Qual delas é a mais velha?

- (A) Maria.
- (B) Ana.
- (C) Clara.
- (D) Não é possível determinar com as informações do enunciado.

15. “Rogério mostra um gráfico, no qual se exhibe que as temperaturas médias do planeta Terra têm aumentado nos últimos séculos, ao mesmo tempo em que o número de piratas tem caído. Sendo assim, ele conclui que os piratas ajudavam a resfriar as águas e que o aquecimento global é uma farsa”. Que tipo de erro de argumentação é cometido no texto?

- (A) A falácia do Custo Irrecuperável, que leva o investidor a manter um investimento simplesmente por já ter dedicado tempo ou dinheiro nele, sem qualquer outro motivo consistente que justifique a decisão.
- (B) A falácia da Causa Falsa, na qual alguém supõe que, pelo fato de duas coisas estarem acontecendo juntas, uma é a causa da outra.
- (C) A falácia do Apelo à Emoção, quando a emoção é usada no lugar de um argumento lógico.
- (D) A falácia Ad hominem, quando se ataca traços pessoais do seu oponente em vez de refutar o argumento dele.

CONHECIMENTOS BÁSICOS - NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16. A Internet é uma rede formada por diversas redes interligadas. Para se comunicarem, essas redes necessitam de um protocolo de comunicação em comum, o Internet Protocol. Esse protocolo utiliza endereços lógicos para cada dispositivo conectado à rede. Para converter esses endereços numéricos em nomes (hostnames) e vice-versa, a Internet utiliza um serviço de diretório, que realiza essa tradução de nomes em endereços IP. O protocolo da internet responsável pela tradução de nomes em endereços IP e vice-versa chama-se:

- (A) ATM.
- (B) IP.
- (C) DNS.
- (D) LAN.

17. Ferramentas de busca tentam localizar sites na web com base em palavras-chave fornecidas pelo usuário. Sobre as ferramentas de busca comerciais, analise as afirmativas a seguir.

- I. O primeiro resultado de qualquer ferramenta de busca da Internet sempre será o site que o usuário deseja acessar.
- II. No Google ou Bing, é possível filtrar os resultados para realizar pesquisas por imagens ou vídeos.
- III. No Google, é possível pesquisar por uma frase exata, inserindo-a dentro de aspas duplas.

Assinale a alternativa que possui somente afirmativas corretas sobre ferramentas de busca comerciais.

- (A) Somente I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e III.

18. O acesso à Internet, anteriormente restrito a computadores, hoje engloba dispositivos cada vez mais diversos, como aparelhos de ar-condicionado, TV, lâmpadas inteligentes e assistentes pessoais. O conceito que abrange a ideia de dispositivos heterogêneos, de sensores a veículos, com capacidade de processamento e comunicação que interagem entre si e com outros dispositivos e serviços pela Internet, para atender a um determinado objetivo, é chamado de:

- (A) Internet das Coisas.
- (B) Mundo Densamente Conectado.
- (C) Dispositivos de Acesso Pessoais à Internet.
- (D) BroadCast.

19. Diariamente, muitas tentativas de golpes são perpetradas através da internet utilizando o envio de mensagens em aplicativos de mensagens instantâneas, redes sociais e e-mails. Quando uma mensagem se passa por uma comunicação real de uma empresa ou serviço, tentando levar a vítima a clicar em um link malicioso, esse tipo de golpe é conhecido como:

- (A) Hoax.
- (B) Phishing.
- (C) Firewall.
- (D) Bridge Link.

20. O armazenamento de arquivos em serviços como Google Drive ou Microsoft OneDrive permite sua fácil recuperação, necessitando apenas de um dispositivo com acesso à Internet. Esses serviços são considerados serviços de computação em nuvem. Uma das grandes vantagens de se utilizar serviços de computação em nuvem é:

- (A) pagamento sob demanda: o usuário só paga pelos recursos que utiliza.
- (B) acesso de tempo restrito: o usuário fica limitado aos horários de funcionamento do serviço.
- (C) licença vitalícia: é comum a utilização de um único pagamento garantindo o acesso vitalício ao serviço.
- (D) velocidade garantida: independente da velocidade de sua conexão com a internet, sempre será possível fazer download/upload em altas velocidades.

CONHECIMENTOS BÁSICOS - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

21. Identifique a opção que apresenta finalidade das normas fundamentais de conduta ética da Alta Administração Municipal, de acordo com o previsto na Lei Municipal nº 11.360, de 03 de maio de 2023.

- (A) Estabelecer regras básicas sobre conflitos de interesses públicos e privados e limitações às atividades profissionais durante o exercício de cargo público.
- (B) Criar mecanismos de consulta destinados a possibilitar o prévio e pronto esclarecimento de dúvidas quanto à conduta ética do administrador.
- (C) Impedir a possibilidade de conflito entre o interesse privado e o dever funcional das autoridades públicas da Administração Pública Municipal.
- (D) Preservar a imagem, a reputação e o patrimônio do administrador público cuja conduta esteja de acordo com as normas éticas estabelecidas na Lei sob comento.

22. Considerando o teor do Código de Ética, Conduta e Integridade da Administração Pública Municipal de Fortaleza, marque a opção verdadeira.

- (A) A Comissão de Ética deverá ser integrada por 3 (três) servidores públicos, ocupantes de cargos efetivos, lotados no órgão ou na entidade indicados pelo dirigente máximo, com mandato de 2 (dois) anos, vedada a prorrogação.
- (B) A atividade exercida pelo membro da Comissão de Ética tem preferência sobre outras que o servidor designado porventura acumule e é considerada serviço público relevante, sendo passível de remuneração.
- (C) Os procedimentos a serem adotados pela Comissão de Ética, para a apuração de fato ou ato que se apresente contrário à ética pública, terão o rito ordinário, ouvidos o denunciante e o agente público, no prazo de 15 (quinze) dias.
- (D) As decisões da Comissão de Ética serão resumidas em ementa, divulgadas no próprio órgão ou entidade, bem como remetidas às demais comissões de ética.

23. De acordo com o disposto na Lei Complementar nº 0176, de 19 de dezembro de 2014, indique a assertiva correta.

- (A) A Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle de Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFOR), pessoa jurídica de direito público dotada de autonomia administrativa e financeira, encontra-se vinculada à Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (SEUMA).
- (B) Vinculado à Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle de Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFOR), o Conselho Municipal Regulação, Fiscalização e Controle de Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (CMCFOR) tem por finalidade propor, fiscalizar e acompanhar as ações do poder público municipal.
- (C) A Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle de Serviços Públicos de Saneamento Ambiental tem como finalidade a regulação, fiscalização e o controle dos serviços públicos de saneamento ambiental concedidos e permitidos, incluídos os terceirizados.
- (D) Compete à Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle de Serviços Públicos de Saneamento Ambiental atuar na defesa e proteção dos direitos dos usuários, reprimindo infrações, compondo e arbitrando conflitos de interesses, sem promover a coordenação com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, sob pena de usurpação de competência do Departamento Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor (PROCON).

24. Constitui objetivo do Plano Diretor, em atenção ao que preconiza a Lei Complementar nº 062, de 02 de fevereiro de 2009:

- (A) garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização, recuperando e transferindo para a coletividade a integralidade da valorização imobiliária decorrente de ações do poder público.
- (B) induzir a utilização de imóveis não utilizados e subutilizados, com exceção dos não edificados.
- (C) preservar os principais marcos da paisagem urbana e rural.
- (D) distribuir equitativamente os equipamentos sociais básicos, de acordo com as necessidades sociais das regiões, com recursos repartidos de forma diretamente proporcional à população e inversamente proporcional ao nível de renda.

25. Assinale a opção que apresenta uma das diretrizes da política de saneamento ambiental, segundo o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza.

- (A) Garantia dos serviços de coleta e limpeza urbana e rural e de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos.
- (B) Integração, dentre outros, das intervenções de abastecimento de água, esgotamento sanitário, pavimentação e controle de vetores e reservatórios de doenças transmissíveis.
- (C) Estruturação e adequação do sistema de manejo das águas fluviais e de drenagem, garantindo a sustentabilidade socioambiental.
- (D) Incentivo à redução da geração de resíduos sólidos urbanos e rurais, de forma adequada às necessidades sociais e condições ambientais do Município.

26. Levando-se em conta a disciplina da Lei Complementar nº 062, de 02 de fevereiro de 2009, acerca dos instrumentos de participação popular, marque a opção certa.

- (A) Para a iniciativa popular de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, no âmbito do Poder Executivo Municipal, é exigida a assinatura de 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município, podendo ser dos eleitores inscritos no bairro ou distrito quando se tratar de interesse específico, no âmbito daquele bairro ou distrito.
- (B) A consulta pública é uma instância deliberativa que poderá ocorrer na forma de assembleias, nas quais a Administração Pública tomará decisões baseadas no conjunto de opiniões expressas pela população interessada.
- (C) Os debates referentes à política urbana consistem na exposição de razões, argumentos sobre um determinado tema, possibilitando um exame conjunto e poderão ser realizados para esclarecimentos, inclusive aqueles já esgotados na audiência pública.
- (D) A gestão orçamentária participativa incluirá a realização de debates, audiências ou consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua sanção pelo Prefeito Municipal.

27. Aponte o item verdadeiro, levando em consideração as determinações consignadas na Lei Orgânica do Município de Fortaleza.

- (A) A fixação dos preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feita pelo chefe do Poder Executivo mediante edição de lei, salvo as exceções, previstas na Lei Orgânica do Município.
- (B) É de responsabilidade do Município, de conformidade com os interesses e as necessidades da população, prestar serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão, permissão ou terceirização.
- (C) O Município retomará, com a devida indenização, os serviços públicos municipais permitidos ou concedidos, se executados em desconformidade com o ato ou contrato.
- (D) Os permissionários e os concessionários da Prefeitura Municipal de Fortaleza que comprovadamente se envolverem com prática do turismo sexual, da prostituição infantojuvenil e do comércio de drogas ilícitas terão cassadas suas permissões ou concessões.

28. Marque a opção verdadeira, considerando a disciplina da Política Urbana consignada na Lei Orgânica do Município de Fortaleza.

- (A) A urbanização do Município se orientará considerando o ordenamento territorial estabelecido no Plano Diretor, que deverá prever, no mínimo, as áreas especiais de interesse social, interesse ambiental e dinamização urbanística e socioeconômica.
- (B) Cabe ao poder público, através de seus instrumentos de planejamento, tributários e jurídicos, coibir a retenção especulativa de terrenos e imóveis urbanos e rurais.
- (C) Compete ao Município, através do órgão ambiental, classificar as atividades econômicas quanto ao potencial de poluição e degradação do meio ambiente, em conformidade com legislações municipal, estadual e federal.
- (D) A prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário será exercida exclusivamente pelo Poder Público Municipal, podendo este autorizar sua concessão para os Poderes Públicos Estadual ou Federal, ficando facultada a privatização.

29. Assinale o item correto, no que diz respeito às licenças previstas no Capítulo III, do Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza.

- (A) Concluindo o laudo pela volta ao exercício, o servidor afastado para tratamento de saúde deverá retornar ao serviço no prazo de até 05 (cinco) dias.
- (B) As licenças concedidas dentro de 60 (sessenta) dias, contados do término da anterior, serão consideradas em prorrogação.
- (C) Todas as licenças serão concedidas pelo Prefeito, Presidente da Câmara Municipal ou Dirigente da Entidade, vedada a delegação destes a pessoa credenciada.
- (D) O ocupante do cargo em comissão, não titular de cargo de carreira, terá direito a todas as licenças previstas no Estatuto, com exceção daquela destinada ao desempenho de mandato eletivo.

30. A respeito da temática que envolve o inquérito em sede de processo disciplinar, em atenção ao que resta consignado na Lei Municipal nº 6.794, de 27 de dezembro de 1990 (Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza), indique a alternativa certa.

- (A) É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo, pessoalmente ou por intermédio de advogado, bem como de arrolar testemunhas, vedada a reinquirição delas.
- (B) O prazo para a conclusão do inquérito não excederá 60 (sessenta) dias, admitida a sua prorrogação por igual prazo.
- (C) O defensor do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, podendo reinquiri-las por intermédio do Presidente da Comissão.
- (D) O resumo do inquérito administrativo integrará o relatório da sindicância, como peça informativa da instrução do processo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

31. A Vigilância Sanitária do Município de Fortaleza pode fechar um estabelecimento empresarial quando forem encontradas infrações que prejudiquem a saúde ou a segurança pública. Nessa situação hipotética, a Municipalidade encontra-se no exercício:

- (A) do poder hierárquico.
- (B) do poder disciplinar.
- (C) do poder de polícia.
- (D) do poder regulamentar.

32. No exercício de suas funções, Agente Municipal de Operação e Fiscalização de Trânsito de Fortaleza envolveu-se em entrevista com motorista, por força de acidente ocorrido na Avenida Heráclito Graça, resultando em lesão corporal ao motorista. Nesse caso:

- (A) trata-se de culpa exclusiva da vítima, fator excludente de responsabilização civil, penal e administrativa.
- (B) só o servidor responde civilmente.
- (C) não há responsabilidade do Município, tampouco do servidor.
- (D) o Município responde pelos danos que seu agente, nessa qualidade, causou ao cidadão, assegurado o direito de regresso contra o servidor responsável nos casos de dolo ou culpa.

33. Nelson, servidor público municipal de Fortaleza, teve seu filho diagnosticado com deficiência sensorial, por isso protocolou pedido de redução de jornada de trabalho. Nesse caso:

- (A) o pleito deve ser indeferido, porque é juridicamente impossível autorizar ao servidor Nelson a redução da carga horária na forma pretendida.
- (B) Nelson faz jus à redução de 50% (cinquenta por cento) de sua carga horária de trabalho, respeitado o mínimo de 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo da remuneração percebida.
- (C) cabe à esposa de Nelson prestar assistência ao infante que carece de atenção especial e acompanhamento integral, notadamente durante os diversos tratamentos de saúde necessários à sua condição.
- (D) as normas e princípios constitucionais, assim como os tratados e convenções internacionais de direitos humanos, e da pessoa com deficiência, dos quais o Brasil é signatário, vedam de forma absoluta o pleito administrativo de Nelson.

34. Mary Lane, conhecida como “Madonna Cearense”, ocupa o cargo de Analista de Regulação do Município de Fortaleza e resolve fazer uma performance da cantora estadunidense no local e horário de trabalho, utilizando peruca loura e pouca roupa. O evento foi registrado e amplamente divulgado nas redes sociais. Nesse caso, assinale a opção correta.

- (A) A conduta deve ser objeto de apuração por força do poder disciplinar da Administração Pública.
- (B) A conduta não será punida por se tratar de manifestação cultural protegida constitucionalmente aos servidores públicos.
- (C) A conduta deve ser objeto de apuração por força do poder regulamentar da Administração Pública.
- (D) A conduta deve ser objeto de apuração por força do poder de polícia da Administração Pública.

35. Sobre os poderes da Administração Pública e responsabilidade dos agentes públicos, assinale o quesito correto.

- (A) Poder hierárquico é a prerrogativa da Administração de apurar fatos que caracterizem ilícito administrativo e aplicar penalidades pela prática de infrações funcionais a servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
- (B) Poder de polícia é a prerrogativa da Administração de apurar fatos que caracterizem ilícito administrativo e aplicar penalidades pela prática de infrações funcionais a servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
- (C) Poder regulamentar é a prerrogativa da Administração de apurar fatos que caracterizem ilícito administrativo e aplicar penalidades pela prática de infrações funcionais a servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
- (D) Poder disciplinar é a prerrogativa da Administração de apurar fatos que caracterizem ilícito administrativo e aplicar penalidades pela prática de infrações funcionais a servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.

36. Servidores da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizaram trabalho de fiscalização em um posto no bairro São João do Tauape, em Fortaleza, e constataram que a comercialização de combustível estava fora das especificações técnicas, uma vez que identificou no estabelecimento seis bombas de gasolina com quase 20 mil litros de etanol. Depois da autuação, os fiscais interditaram o estabelecimento. Sobre o poder de polícia, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ação não é pertinente, ante a autonomia privada do dono do estabelecimento.
- (B) A ação não é viável, porque a fiscalização deveria ser exercida tão somente por agentes do município.
- (C) Com base no poder de polícia administrativa, a interdição do estabelecimento comercial pode ser feita diretamente pela Administração Pública, prescindindo de prévia autorização judicial.
- (D) A atuação dos fiscais pode ser questionada no âmbito judicial, mas antes deve haver necessariamente o prévio esgotamento das vias recursais administrativas.

37. Laura, recém-aprovada em concurso público municipal de Fortaleza, busca informações sobre acumulação de cargos e empregos na Administração Pública. Sobre o tema, marque o quesito **INCORRETO** nos termos do Texto Constitucional de 1988.

- (A) Quando houver compatibilidade de horários, é permitida a acumulação de dois cargos de professor.
- (B) Quando houver compatibilidade de horários, é permitida acumulação de um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- (C) Quando houver compatibilidade de horários e de distância geográfica, é permitida a acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, independentemente de regulamentação.
- (D) Quando houver compatibilidade de horários, é permitida a acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, **NÃO** se aplicam as seguintes disposições:

- (A) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (B) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe deferida exclusivamente a remuneração do cargo eletivo municipal.
- (C) investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior.
- (D) na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.

39. **NÃO** se trata de dever dos servidores municipais de Fortaleza:

- (A) atender quando lhe for conveniente e com discricionariedade ao público externo e interno.
- (B) cumprir jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) semanais.
- (C) responder direta e permanentemente pelo uso de material de consumo e bens patrimoniais, sob sua guarda ou responsabilidade.
- (D) cumprir as ordens de seus superiores, salvo quando manifestamente impraticáveis, abusivas ou ilegais.

40. De forma hipotética, foi nomeado, como Secretário Municipal de Fortaleza, político condenado por improbidade administrativa por decisão judicial com trânsito em julgado. Marque a opção correta na solução da presente casuística.

- (A) A nomeação é válida posto tratar-se de cargo em comissão.
- (B) O ato de nomeação não viola os princípios constitucionais da Administração Pública, portanto não merece questionamento judicial ou administrativo.
- (C) A nomeação para cargos e funções baseia-se apenas em motivação político-partidária.
- (D) O ato é ilegal, pois a Lei Orgânica Municipal de Fortaleza veda expressamente a nomeação de agente condenado em ação de improbidade administrativa por dolo ou culpa grave, ou por crime contra a administração pública, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado. Outrossim, o ato também viola a moralidade administrativa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

41. Modelo de gestão pública focado no controle de resultados, implementando, oficialmente, a partir do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, documento datado de 1995, e, na esfera constitucional, pela Emenda Constitucional 19/98 (o princípio da eficiência adveio da transformação da qualidade nos serviços):

- (A) patrimonialista.
- (B) burocrático.
- (C) racional-formal.
- (D) gerencial.

42. Os indicadores de desempenho do tipo estratégico podem ser caracterizados de que forma?

- (A) Abordam aspectos como escolha dos métodos, competência técnica, relações interpessoais, oferta adequada de serviços, mecanismos de incentivo, informação fornecida ao usuário etc.
- (B) Em geral, consideram fatores de caráter externo (político-legais, sociais, econômico-financeiros, ambientais, tecnológicos etc.).
- (C) Medem a consecução dos objetivos fixados – resultados obtidos versus resultados desejados ou planejados.
- (D) Medem o grau de satisfação dos usuários frente às demandas da população.

43. Consiste na mensuração, *a posteriori*, dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas, sendo uma das áreas que mais tem se desenvolvido no campo das políticas públicas:

- (A) avaliação.
- (B) formulação.
- (C) implementação.
- (D) execução.

44. A flexibilidade de um processo ou sistema indica sua capacidade de fornecer produtos e serviços customizados para atender a determinadas necessidades. Como exemplo de indicador de flexibilidade, pode-se considerar:

- (A) tempo de ciclo de produtos.
- (B) velocidade do processo nos serviços.
- (C) capacidade de fazer diferentes produtos simultaneamente.
- (D) índice de aproveitamento geral.

45. A responsabilidade do Estado é decorrente de ação ou omissão estatal, lícita ou ilícita, que cause dano a alguém, sendo, portanto, considerada:

- (A) contratual.
- (B) extracontratual.
- (C) administrativa.
- (D) comercial.

46. A Nova Gestão Pública (NGP) apresenta postulados amplos e variados e tem a pretensão, em seu conjunto, de constituir alternativas aos modelos tradicionais de gestão. Uma dessas importantes premissas consiste na:

- (A) redução do tamanho do setor público.
- (B) ampliação dos níveis hierárquicos.
- (C) burocratização.
- (D) centralização.

47. Uma forma prática de classificar as competências é aquela adotada pelos franceses, que as agrupam em categorias de saberes. Sobre tais categorias, pode-se afirmar corretamente.

- (A) Saber ser se refere ao conjunto dos conhecimentos gerais ou especializados para realizar uma atividade. Podem ser conhecimentos teóricos ou o domínio de determinadas linguagens científicas e técnicas.
- (B) Saberes propriamente ditos consistem no domínio de ferramentas e métodos para realizar uma atividade.
- (C) Saber fazer consiste no conjunto de aptidões e comportamentos no trabalho, maneiras desejáveis de agir e interagir.

(D) Saber fazer significa saber fazer outras pessoas fazerem, ensinar; procedimento que permite explicar, ensinar e controlar a execução de um saber fazer ou o conhecimento de um saber.

48. Instrumento administrativo, de interesse recíproco, por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatário da União:

- (A) contrato de repasse.
- (B) termo de execução descentralizada.
- (C) termo de parceria.
- (D) consórcio.

49. Aquele controle relacionado com a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da Administração Pública Direta e Indireta, ou de qualquer pessoa física ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos (art. 70, CF):

- (A) controle social.
- (B) controle judicial.
- (C) controle financeiro.
- (D) controle político.

50. De acordo com o caput do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal, contribuições recolhidas pelo ente às entidades de Previdência são despesas do tipo:

- (A) administrativas.
- (B) de pessoal.
- (C) materiais.
- (D) inversões financeiras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS BLOCO II – GRADUAÇÃO DIVERSA

51. Segundo este princípio orçamentário, o orçamento deve expressar as realizações e objetivos de forma programada, planejada. Tal princípio decorre da necessidade da estruturação do orçamento em programas, dispondo que o orçamento deva ter o conteúdo e a forma de programação:

- (A) Princípio da programação.
- (B) Princípio da inteligibilidade.
- (C) Princípio do equilíbrio orçamentário.
- (D) Princípio da legalidade.

52. São características do orçamento-programa:

- (A) dissocia planejamento e orçamento e visa à aquisição de meios.
- (B) considera as necessidades financeiras das unidades e tem ênfase nos aspectos contábeis.
- (C) utiliza sistematicamente indicadores para acompanhamento e aferição dos resultados.
- (D) controles focados na legalidade e honestidade do gestor público.

53. Sobre o Plano Plurianual (PPA), é correto afirmar.

- (A) Programas de duração continuada, cuja duração se estende pelos exercícios financeiros seguintes, não devem constar no PPA.
- (B) O PPA não pode ser revisado durante sua vigência, sendo proibida a inclusão, exclusão ou alteração de programas.
- (C) É elaborado no primeiro ano de governo e entra em vigor no segundo ano.
- (D) A regionalização prevista na Constituição Federal dispensa, na formulação, na apresentação, na implantação e na avaliação do Plano Plurianual, as diferenças e desigualdades existentes no território brasileiro.

54. Segundo o §2º, do art. 165, da CF/1988, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):

- (A) compreenderá as estratégias e objetivos da Administração Pública Federal.
- (B) incluirá as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- (C) orientará a elaboração do PPA.
- (D) estabelecerá alterações tributárias, como a criação, aumento, supressão, diminuição ou autorização de tributos.

55. Orçamentos contido na Lei Orçamentária Anual (LOA) que, conforme §7º, do art. 165, da CF/1988, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional:

- (A) orçamentos da seguridade social.
- (B) orçamentos paralelos.
- (C) orçamentos participativos.
- (D) orçamento fiscal e orçamento de investimento.

56. Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas:

- (A) investimentos.
- (B) inversões financeiras.
- (C) amortização da dívida.
- (D) juros e encargos da dívida.

57. Consiste em um exemplo de receita de capital:

- (A) operações de crédito.
- (B) receita de contribuições.
- (C) receita patrimonial.
- (D) transferências correntes.

58. Dentro da primeira fase do ciclo orçamentário, de elaboração/planejamento, corresponde à etapa em que se tem o montante de recursos que os órgãos setoriais poderão manejar para alocação no seu conjunto de programas para o período do plano:

- (A) fixação da meta fiscal.
- (B) projeção das receitas.
- (C) projeção das despesas obrigatórias.
- (D) apuração das despesas discricionárias.

59. Princípio presente na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) que se refere à garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento:

- (A) livre acesso.
- (B) qualidade dos dados.
- (C) transparência.
- (D) prestação de contas.

60. Refere-se à disponibilização *ex post*, em intervalos periódicos, das informações sobre a gestão dos recursos públicos:

- (A) transparência retroativa.
- (B) transparência tempestiva.
- (C) transparência ativa.
- (D) transparência passiva.

61. Fortaleza é marcada por diversas ocupações indevidas de bens públicos municipais, desde favelas/comunidades até edifícios suntuosos.

Diante dos fatos narrados, é correto afirmar à luz de jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- (A) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.
- (B) O particular deve ser indenizado pelas acessões e benfeitorias, sem direito de retenção.
- (C) O particular tem direito de retenção, bem como de ser indenizado das benfeitorias úteis e necessárias.
- (D) Deve-se aferir a boa-fé do particular, a fim de fixar o direito à indenização e consequente regularização imobiliária em seu nome.

62. Assinale a opção que relaciona corretamente a pessoa e seu domicílio.

- (A) O domicílio necessário de todos os servidores públicos municipais de Fortaleza é o Paço Municipal.
- (B) O domicílio necessário do militar do Exército Brasileiro é Brasília.
- (C) O domicílio civil necessário do incapaz é definido pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- (D) O domicílio necessário do servidor público municipal é o lugar em que ele exerça permanentemente suas funções.

63. Gustavo, outrora preso, ajuizou ação contra o Estado do Ceará, requerendo indenização por ressarcimento de danos morais e materiais, em razão da insuficiência de condições legais de encarceramento. Nessa situação hipotética, a ação poderá ser julgada:

- (A) improcedente, pois o Estado do Ceará atuou de forma justa e legal.
- (B) procedente quanto aos danos materiais, se for provado o nexos causal das alegações de Gustavo, e improcedente quanto aos danos morais.
- (C) procedente quanto aos danos materiais e morais, se ficar provado o nexos causal das alegações de Gustavo.
- (D) improcedente, pois, conforme a jurisprudência do STF e do STJ, não há nenhuma responsabilidade do Estado por insuficiência ou falta de condições carcerárias.

64. Sobre o instituto dos direitos da personalidade, julgue o item correto, à luz do Código Civil, bem como da jurisprudência do STF e do STJ.

- (A) Os direitos da personalidade são absolutamente intransmissíveis e irrenunciáveis.
- (B) Conforme jurisprudência do STJ, independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.
- (C) Em hipótese alguma a pessoa saudável pode ser obrigada a realizar qualquer intervenção em seu próprio corpo.
- (D) De acordo com precedente firmado em sede de controle concentrado de constitucionalidade pelo STF, relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, é exigível a autorização da pessoa biografada.

65. Com o objetivo de colaborar na cura de miastenia gravis - doença autoimune, Rogério decidiu dispor do próprio corpo após sua morte.

Na casuística ora ventilada, o ato de disposição de Rogério é considerado, conforme o disposto no Código Civil:

- (A) válido.
- (B) nulo.
- (C) anulável.
- (D) ineficaz.

66. Nos termos do Direito Civil, marque o item correto sobre a seguinte casuística, na obrigação de dar coisa certa, havendo deterioração da coisa por culpa do devedor, poderá o credor:

- (A) resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- (B) poderá exigir aumento no preço.
- (C) exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, com direito a reclamar, em um ou em outro caso, indenização das perdas e danos.
- (D) resolve-se a obrigação.

67. Consoante as alterações normativas promovidas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), marque o item correto.

- (A) A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei brasileira, sem quaisquer outras formalidades.
- (B) As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, terão eficácia no Brasil, mediante mera homologação judicial, por força da soberania estatal.
- (C) As sanções aplicadas ao agente não serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.
- (D) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

68. De acordo com o Código Civil, assinale o item correto em relação à delimitação conceitual do fenômeno da *accessio possessionis*.

- (A) Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (B) Poderá o possuidor requerer ao juiz seja declarada adquirida, mediante usucapião, a propriedade imóvel.
- (C) Adquire a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por dez anos.
- (D) O possuidor pode, para o fim de contar o tempo exigido pela usucapião, acrescentar à sua posse a dos seus antecessores, contanto que todas sejam contínuas, pacíficas e, nos casos de usucapião ordinária, com justo título e de boa-fé.

69. Ressalva Fabrício Zamprognia Matiello (MATIELLO, Fabrício Zamprognia. **Código Civil Comentado**. 5ª edição. São Paulo: LTr, 2013, pág. 745): "...duas teorias marcaram sobremaneira a discussão que durante largo tempo grassou em torno da caracterização da posse." Sobre as teorias da posse, assinale o quesito correto.

- (A) A posse é constituída por três elementos, necessariamente conjugados.
- (B) Sustenta a teoria objetiva defendida por Ihering a existência de posse quando verifica a presença do *corpus*, que seria o proceder do indivíduo como se fosse dono. O elemento *animus* estaria implícito naquele outro, e não consistiria na vontade ou convicção de ser dono. Por tal teoria, o *corpus* predomina sobre o *animus*.
- (C) Aduz a teoria objetiva de Savigny que a posse é constituída por dois elementos, necessariamente conjugados: *corpus*, que seria a concreta faculdade de dispor fisicamente da coisa (poder físico sobre ela exercido) e de promover sua defesa contra agressões de outrem, *animus*, traduzido na intenção de ter a coisa para si e como sua, embora o indivíduo não tenha a convicção de ser dono, prevalecendo o *animus* sobre o *corpus*.
- (D) Posse é a visibilidade do domínio ou de qualquer outro direito real.

70. Conforme fartamente noticiado no Brasil e no exterior, recentemente, uma empresária declarou ser a proprietária de terras que fazem parte da Vila de Jericoacoara, isto é, terrenos do município. A área reivindicada por ela corresponde a 83% do território da Vila. Aludidos terrenos estavam sob controle do Governo do Ceará. De acordo com o Código Civil em relação ao direito de propriedade, assinale o quesito correto.

- (A) Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis, portanto, a prova da propriedade exige o registro na matrícula.
- (B) A escritura pública é título bastante para comprovação da propriedade da interessada, portanto basta o documento em tela na comprovação dos argumentos esposados pela interessada.
- (C) A posse contínua no imóvel é bastante à comprovação de propriedade.
- (D) O contrato particular de compra e venda é título hábil à transferência jurídica dominial.

71. Sobre as diretrizes da Proteção Ambiental na Constituição de 1988, marque a opção correta.

() A Constituição estabelece a obrigação de o Poder Público promover, em todos os níveis de ensino, educação ambiental, para a conscientização pública e preservação do meio ambiente. Esse dispositivo foi regulamentado pela Lei nº 9.795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental.

() A Constituição prevê a exigência de estudo prévio de impacto ambiental para atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente.

() O legislador poderia ter ido mais além, determinando a proteção da diversidade biológica, colocando-a como emergência da defesa da soberania nacional dos recursos genéticos.

() A CF/88 prevê a criação, em todas as unidades da federação, de espaços territoriais protegidos, podendo ser alterado e suprimido somente por meio de lei.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- (A) V, V, F, V.
- (B) V, V, F, F.
- (C) V, F, F, V.
- (D) F, V, V, V.

72. A proteção constitucional garantiu um *status* privilegiado ao meio ambiente, possibilitando um maior comprometimento do Estado e da Sociedade com a preservação ambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável. Sob esse viés constitucional, marque a opção correta.

- (A) O texto constitucional visa à intergeracionalidade, que dependerá de medidas administrativas a serem todas às futuras gerações, sendo desnecessária qualquer alteração por lei.
- (B) O princípio da livre iniciativa, previsto nos arts. 1º, IV e 170, caput, da CF, não é compatível com a proteção ambiental, inclusive dispensa a tutela e preservação do meio ambiente.
- (C) O direito-dever de tutelar e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado é somente do Estado.
- (D) O art. 225, da Constituição Federal de 1988, estabelece que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo um bem de uso comum do povo e essencial para a qualidade de vida.

73. Sobre a governança Ambiental, assinale o item correto.

- (A) A Política Nacional do Meio Ambiente, em todas as suas dimensões, organizacional e administrativa, é responsável pela sua implementação somente no âmbito da União.
- (B) A exemplo do Sistema Nacional do Meio Ambiente, dos Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais, são órgãos de governança que traduzem vetores normativos do constitucionalismo ecológico e do federalismo cooperativo.
- (C) Os deveres de proteção e responsabilidades ambientais são atribuídos aos poderes constituídos e aos atores públicos, ficando a sociedade civil fora dessa responsabilidade.
- (D) O Brasil não está obrigado a assumir os compromissos internacionais em matéria ambiental, não colocando esses direcionamentos na sua governança interna.

74. Segundo o art. 3º, da Lei nº 6.938/81, o meio ambiente é um “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. A partir dessa definição legal, assinale a opção correta.

- (A) Na época, somente a União poderia regular a proteção do meio ambiente, pois não havia um sistema nacional.
- (B) Já nos anos de 1980, estabelecia-se uma Política Nacional do Meio Ambiente para preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental, mas não se previa uma proteção que assegurasse o desenvolvimento socioeconômico.
- (C) A legislação antecede a Constituição de 1988 e o Brasil já trazia uma legislação avançada. Com a Constituição de 1988, a proteção do meio ambiente vai além do art. 225 e se espalha em outros dispositivos, fazendo com que a ordem constitucional seja um verdadeiro instrumento de proteção ambiental.
- (D) A lei não disciplinava sobre a responsabilidade objetiva do poluidor, somente a partir de 1988 passou a regular o poluidor-pagador.

75. Segundo o direcionamento constitucional:

- I. o dever de preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e a promoção do manejo ecológico das espécies é uma obrigação do poder público, para preservar os processos ecológicos e as espécies a fim de conservá-los.
 - II. o dever de exigir a realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é um instrumento de proteção do meio ambiente destinado à prevenção de danos.
 - III. o dever de preservar a biodiversidade e o controle das entidades de pesquisa e Manipulação de Material Genético busca reconhecer, inventariar e manter o leque de diferentes organismos vivos, pois quanto maior a variedade de espécies maiores serão as possibilidades de vida.
 - IV. o dever de proteger a fauna e a flora inclui a proteção de todos os animais indistintamente, pois todos os seres vivos possuem valor intrínseco.
- (A) Estão corretos os itens: I, II, III e IV.
 - (B) Estão corretos somente os itens: I, II e IV.
 - (C) Estão corretos somente os itens: I, III e IV.
 - (D) Estão corretos somente os itens: I e II.

76. Marque a opção correta.

- (A) A titularidade coletiva dos direitos ambientais permite o reconhecimento do meio ambiente como um direito humano de primeira dimensão, pois enfatiza a própria liberdade dos sujeitos da sociedade.
- (B) Meio ambiente e terras indígenas, ainda que estas envolvam áreas de "conservação" e "preservação" ambiental, são afetações distintas, pois as terras indígenas não podem se relacionar ao meio ambiente.
- (C) A CF/88, ao disciplinar sobre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, trata a temática como sendo um bem de uso comum de todos, pertencente a todos no presente e no futuro.
- (D) Os bens ambientais integram a categoria jurídica da *res commune*, mas não podem ser vistos como um direito fundamental, pois não se encontra disciplinado no capítulo próprio dos direitos fundamentais na Constituição de 1988.

77. Acerca do Princípio da Informação Ambiental, marque a opção correta.

- (A) Assegura o acesso de qualquer cidadão às informações ambientais existentes e sua respectiva publicação no diário oficial, mesmo quando se tratar de sigilo protegido.
- (B) Presume-se a obrigação do Estado em favor da transparência ambiental, podendo o próprio Estado descumprir, de acordo com sua discricionariedade.
- (C) Tem-se entendido que o princípio da informação ambiental é pressuposto da democracia, mas não há nenhum direcionamento constitucional nesse sentido.
- (D) Visa garantir que a população tenha pleno conhecimento das questões relacionadas ao meio ambiente e, assim, possa formar opinião sobre os problemas ambientais.

78. Segundo o art. 5º, da Constituição Federal de 1988, acerca da garantia do direito de propriedade, estabelece no inciso XXIII, que "a propriedade atenderá a sua função social". Sobre isso, assinale a opção correta.

- (A) No que se refere à função social da propriedade, o Estatuto da Cidade aplica-se tanto aos imóveis rurais como urbanos.
- (B) A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, critérios e graus de exigência segundo a lei, realizando um aproveitamento racional e adequado do imóvel; utilizando adequadamente os recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente; exceto diante do trabalho escravo, pois as relações de trabalho não significam a função social da propriedade.
- (C) Os imóveis urbanos e rurais estão sujeitos à desapropriação para fins de reforma agrária, por descumprir a função social da propriedade.
- (D) Significa que a utilização da propriedade urbana ou rural deve ser em consonância com os interesses sociais de determinada coletividade e que não prejudique o interesse coletivo.

79. Marque a opção correta.

- (A) Todos os municípios são obrigados a possuir um plano diretor.
- (B) Por conta do Estatuto da Cidade, todos os entes políticos podem legislar sobre direito urbanístico.
- (C) Plano Diretor Municipal é o instrumento básico do ordenamento territorial urbano, devendo definir qual deve ser o uso e as características de ocupação de cada porção do território municipal, fazendo com que todos os imóveis cumpram sua função social.
- (D) A manutenção de terrenos vazios ou ociosos, em área urbanizada, à espera de uma valorização futura que beneficie apenas seus proprietários, atende ao preceito da função social da propriedade.

80. Sobre o princípio da precaução ambiental, marque a assertiva **INCORRETA**.

- (A) O princípio da precaução foi consagrado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) e não na Constituição de 1988.
- (B) Por conta do princípio da precaução, só pode haver indenização por dano ambiental se houver prova do prejuízo.
- (C) Segundo o STJ, o princípio da precaução consiste na obrigação de proteger o meio ambiente mesmo quando o dano é incerto, segundo o qual a falta de certeza científica absoluta não justifica deixar de tomar as providências necessárias para prevenir danos possivelmente graves e irreversíveis.
- (D) O princípio da precaução transfere ao possível poluidor a obrigação de provar que sua conduta não traz riscos ao meio ambiente.